

Realização



Patrocínio



Apoio



Desafio National Geographic 2011

Fase Final - 18 e 19 de novembro

CADERNO DE CAMPO

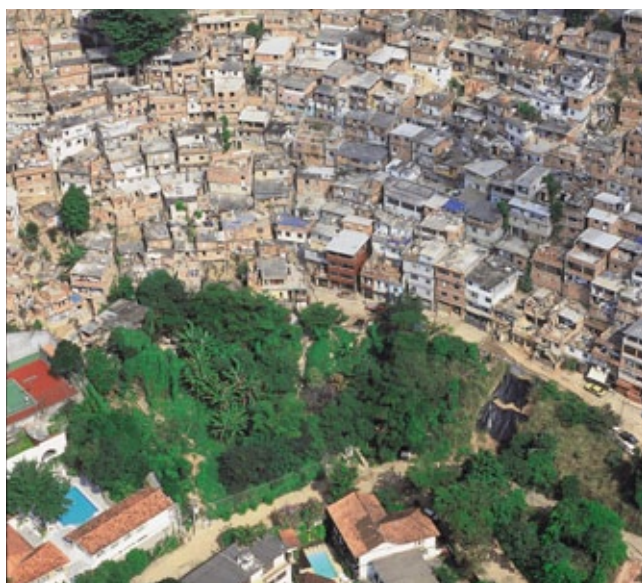
“Pode-se empurrar o mar para longe da orla, mas não se consegue drená-lo do cartão-postal. Pode-se destruir um palácio e apagá-lo da geografia, mas não se consegue apagá-lo da história. Pode-se arrasar uma rua, eliminar uma praça ou corromper uma avenida, mas não se consegue evaporar seus queridos fantasmas. E pode-se esconder os marcos naturais, como as montanhas e as florestas, mas não se consegue impedir que, dobrando uma esquina, elas apareçam e devolvam à cidade sua eterna fisionomia... O Rio é hoje como sempre foi: uma cidade em que a história vive em luta com a geografia.”

Fonte: Ruy Castro. Rio de Janeiro, Ontem e Hoje 2. Alberto A. Cohen e Sergio A. Friedman. Fotografia Ricardo Siqueira. 2004

O Rio de Janeiro em três tempos

A cidade do Rio de Janeiro é um dos mais importantes cartões-postais do Brasil e maior receptora de turistas estrangeiros do país. Em 2010, recebeu 1,6 milhão de estrangeiros e cerca de 10 milhões de turistas domésticos. Sede de grandes eventos internacionais, como o Rock in Rio (realizado em outubro), um dos principais palcos da Copa do Mundo de futebol em 2014 e sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a cidade espera receber cada vez mais turistas, atraindo investimentos e ampliando sua vocação para fazer do turismo importante atividade econômica.

Além disso, o Rio de Janeiro é também conhecido pelo grande contraste entre pobreza e riqueza, o que, aliás, também ocorre em muitas cidades brasileiras. Os exuberantes apartamentos e condomínios da zona sul contrastam com as favelas que se espremem nos morros da cidade, muitas vezes frente a frente às residências de luxo. A violência urbana também está presente nos noticiários, uma vez que o tráfico de drogas e as milícias exercem grande controle sobre parte das favelas e demais periferias, afrontando a legalidade.



PAULO JARES

Favela da Rocinha em contraste com mansões na divisa com área nobre de São Conrado, zona sul da cidade

Há também uma cidade que se esgueira para locais distantes da badalada orla carioca, que se espalha pelas famosas praias de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon e Barra, entre outras. Essa cidade passa pelo centro, avança pela Avenida Brasil e adentra inúmeros bairros nos quais falta infraestrutura básica, escolas, transporte e equipamentos de lazer.

MARCAS DE UM PASSADO

Mas, para além do Rio de Janeiro do século 21, ainda há na cidade as marcas de um passado que começou a tomar forma em 1565, quando ela foi fundada por portugueses no contexto da expulsão dos franceses que ocupavam a região. No entanto, é bom lembrar que antes de franceses e portugueses a região já era habitada por vários povos indígenas, como os tupinambás.

Nos séculos 16 e 17, a cidade não foi economicamente tão atrativa quanto era a economia açucareira nordestina, que tinha Salvador como centro administrativo da Colônia e porto que recebia escravos africanos e embarcava açúcar para a Europa. No século 18, os ventos começaram a mudar. Com a descoberta de ricos veios de ouro em Minas Gerais, o Rio de Janeiro tornou-se a principal via de escoamento do minério para a Europa. Em 1763, com o grande crescimento da atividade mineradora, o Rio superou Salvador e se transformou na principal sede da Colônia.

Sua importância cresceu ainda mais no início do século 19. Em 1808, recebeu a família real portuguesa, que havia decidido se refugiar no Brasil após a invasão francesa do território português em 1807. Com isso, o Rio de Janeiro tornou-se capital do Império ultramarino. A família real permaneceu por aqui até 1821. No ano seguinte, com a Independência, a cidade tornou-se a capital do Império. Em 1889, quando foi elevada a capital da República, passou por várias reformas que procuravam dar-lhe ares cada vez mais europeus, especialmente franceses. O Rio de Janeiro foi capital do Brasil até 1960, quando deu lugar a Brasília.

1808 – A família real portuguesa



A gravura de Richard Bates (1775-1856) mostra o Largo do Paço, em 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Brasil. Ao fundo, observa-se o Morro do Castelo.

Em 1806, Napoleão Bonaparte, imperador da França, decretou o fechamento dos portos europeus à navegação inglesa. Com o isolamento da Inglaterra, os franceses esperavam debilitar a economia do reino britânico e assim vencê-lo na guerra que travavam em torno da hegemonia política e econômica europeia. Portugal, aliado da Inglaterra, não acatou a determinação francesa. Em represália, a França, com o apoio da Espanha, ameaçou desmembrar Portugal em três estados independentes. Em fins de 1807, o Exército napoleônico invadiu Portugal. Sem condições de resistir ao poderio militar francês, a família real portuguesa decidiu vir para o Brasil.

Nobres, comerciantes, juizes, quadros superiores da administração e toda criadagem acompanharam a família real, totalizando cerca de 10 mil pessoas que desembarcaram em Salvador em janeiro de 1808.

Logo após sua chegada, em janeiro de 1808, decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, rompendo, assim, com o pacto colonial, que garantia a Portugal o monopólio do comércio com sua colônia. Em seguida, dom João VI, o príncipe regente, criou a Imprensa Régia, a Academia de Belas Artes, a Faculdade de Medicina, o Jardim Botânico, a Academia Militar, a Academia da Marinha, o Banco do Brasil e o Teatro Real. Em 1815, elevou a antiga colônia ao estatuto de Reino Unido a Portugal e Algarves. Um ano depois, anexou ao Brasil à província Cisplatina. Mas, em 1820, o cenário político português começou a mudar. Neste ano, foi deflagrada a Revolução Liberal do Porto, na qual os rebeldes portugueses passaram a exigir o retorno de dom João VI a Metrópole, o que ocorreu em abril de 1821.

A família real aportou em uma cidade colonial basicamente circunscrita à área entre os morros do Castelo, Santo Antônio, Senado, São Bento, Conceição e Providência (ver mapa na pág. 6). A ocupação da planície entre esses morros foi um longo e árduo processo, que ocorreu ao longo dos séculos 16, 17 e 18. Em sua “luta contra o brejo” (como foi definido pela geógrafa Lysia Bernardes), a sociedade colonial teve que aterrar mangues e pântanos. Com pouco espaço efetivo entre o mar e a montanha, o espaço urbano era um bem exíguo na cidade colonial. Apesar de já existirem algumas aglomerações fora da área central, como chácaras nos bairros de Botafogo e Laranjeiras, residir longe do centro era muito difícil devido à ausência de um sistema de transporte, opção que só era possível a quem tinha muitos recursos.

ASPECTOS URBANOS

Além da falta de espaço, não havia residências para abrigar a corte portuguesa. Logo foi encontrada uma solução: uma lei na qual o príncipe regente exigia a cessão das melhores casas para abrigar os portugueses recém-chegados.

“(…) complicado foi encontrar habitação para os milhares de acompanhantes da corte, recém-chegados à cidade que ainda era relativamente pequena, com apenas 60 mil habitantes. (...) Os endereços escolhidos eram marcados na porta com as letras PR, iniciais de Príncipe Regente, que imediatamente a população começou a interpretar como ‘Ponha-se na Rua’.

Fonte: 1808. Laurentino Gomes, Editora Planeta, 2007, p.148

A medida, claro, gerou uma das primeiras crises habitacionais do Rio de Janeiro.

Apesar de a cidade ter sido considerada “especialmente democrática”, pois ricos, pobres e escravos habitavam o centro, já nesse período podia-se notar uma tênue diferenciação social entre as freguesias urbanas. Ao redor do Paço Imperial, as freguesias da Candelária e São José transformaram-se em locais de residência das elites. Estas também se dirigiam para as ruas recentemente abertas sobre o pantanal de Pedro Dias (atuais ruas do bairro da Lapa), bem como ocupavam chácaras mais distantes do centro. Sem poder de mobilidade, as demais classes adensavam cada vez mais as freguesias de Santa Rita e Santana (atuais bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa).



Vista do Morro de Santo Antônio, em 1816. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

LEGENDA:

- 1 - Morro do Castelo
- 2 - Santo Antônio
- 3 - Senado
- 4 - São Bento
- 5 - Conceição
- 6 - Providência



Fonte: Abreu, 1997:36

1910 – A cidade europeia

Ao longo do século 19, a cidade do Rio de Janeiro passou por um processo de expansão, que se intensificou após 1870 com a introdução de uma rede de transportes que teve um caráter bem delimitado: os bondes foram em direção à Zona Sul em associação com capitais imobiliários, consolidando estas áreas como lugar das elites. Paralelamente, os trens viabilizaram a alternativa de assentar as populações mais carentes nos subúrbios. Apesar disso, a mobilidade ainda era maior para os mais abastados.

Além de ser capital da República, a cidade abrigava um porto importante, que era canal de comércio com outros países. No início do século 20, sua população estava próxima de 1 milhão de habitantes, não havendo nenhuma outra cidade desse porte no país. Grande parte dos habitantes do Rio de Janeiro era formada por ex-escravos que viviam em casarões decadentes na região central da cidade próxima ao porto, os quais haviam sido reformados para abrigar muitas famílias. As condições de higiene eram precárias, não havendo infraestrutura suficiente para abrigar a população que se avolumava cada vez mais.

MODERNIZAÇÃO E SANEAMENTO

Distantes dos valores da elite europeizada, essa população era considerada uma ameaça à ordem. Por isso, foram proibidos na cidade os jogos de capoeira, as danças ligadas a ritmos relacionados a tradições africanas e até mesmo a feitiçaria. Nesse período, o samba era considerado um ritmo musical ligado a essa população pobre e, por isso, na visão da elite, tratava-se de uma música inferior. Quando surgiu

o rádio, em 1922, eram tocadas somente canções eruditas europeias, não havendo espaço para sambistas.

Preocupado com a imagem internacional que a capital brasileira ofereceria aos investidores estrangeiros e com as condições sanitárias da cidade, sempre atingida por epidemias de dengue, tuberculose, tifo, mas especialmente de febre amarela e varíola, o governo republicano decidiu realizar uma reforma na capital em três frentes: modernização do porto, reforma urbana e saneamento. Além disso, foram realizadas campanhas contra as doenças que afetavam constantemente a população urbana.



Charge da Revolta da Vacina com o médico Oswaldo Cruz no centro. Disponível: <http://historica.com.br/hoje-na-historia/revolta-da-vacina-no-rio-de-janeiro>. Consulta em: 12/10/2011.

Segundo o geógrafo Maurício Abreu:

“Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os modi vivendi cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais.”

Fonte: Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Maurício Abreu, Instituto Pereira Passos, 1997, pág. 60.



A Avenida Central foi inaugurada em 1905, como a mais “bela avenida da cidade do Rio de Janeiro”. Em 1912, ela foi rebatizada como Rio Branco, seu nome atual.

Fonte: Rio de Janeiro, ontem e hoje 2. Alberto A. Cohen e Sergio A. Fridman. Fotografia Ricardo Siqueira, 2004

Nessa época, o médico sanitariano Oswaldo Cruz foi encarregado de sanear a cidade, devendo eliminar principalmente a febre amarela e a varíola. A primeira delas é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, que também é transmissor da dengue. A filha do então presidente Rodrigues Alves havia morrido de febre amarela, tornando-se para ele uma questão de honra exterminar a epidemia.

A primeira medida dos reformadores, entre os quais estavam o urbanista Pereira Passos e o engenheiro Lauro Muller, foi derrubar os casarões da área central do Rio de Janeiro. Dessa forma, iniciou-se o processo de erradicação das doenças, a reforma urbana e a melhoria do acesso ao porto. As famílias que foram despejadas das casas não receberam indenização, restando-lhes apenas a opção de ir para os morros, onde começaram a ser construídos barracões de madeira. Outras famílias foram morar em cortiços, que logo se tornaram alvo da vigilância sanitária. Caso houvesse uma suspeita de foco de varíola, os moradores eram expulsos das residências, que depois eram demolidas.

Na área antes ocupada pelos casarões, instalaram-se largas avenidas inspiradas no modelo francês, já que também na França havia sido feita uma reforma urbana. No lugar de 600 edificações foram construídos luxuosos palacetes, praças e jardins.

As reformas urbanas de Pereira Passos consolidaram um projeto de cidade, já minimamente estruturado antes, que irá manter suas marcas ao longo do século 20: a segregação das classes sociais no espaço. Ao consolidar a destruição dos cortiços na área central, essa prática propiciou às classes populares duas alternativas de moradia: mudar-se para os subúrbios distantes (como a Baixada Fluminense) ou ocupar terrenos, que, por algum motivo, como a elevada declividade, não eram interessantes para elites. Essa segunda alternativa marcou definitivamente a paisagem e a cultura da cidade: nascia a favela.

Posteriormente, seguindo a tradição de Pereira Passos, a cidade teve outro prefeito reformista: Carlos Sampaio, que ocupou o cargo entre 1920 e 1922. Com ele, teve início a derrubada do Morro do Castelo, que abriu espaço para a construção da Esplanada do Castelo, onde hoje existem as modernas avenidas Presidente Antônio Carlos, Churchill, Franklin Roosevelt, Presidente Wilson, Marechal Câmara, Graça Aranha, Almirante Barroso, entre outras.

O polêmico desmonte do Morro do Castelo (havia uma oposição, pois o morro era o sítio inicial de fundação da cidade) retirou da área uma população pobre que o habitava e que estava muito próxima das áreas recém-valorizadas pela reforma feita por Pereira Passos. O material retirado do



2011 – Grandes eventos mundiais

Muitas obras e investimentos estão sendo realizados no Rio de Janeiro tendo em vista os eventos internacionais que a cidade irá abrigar nos próximos anos: Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016). Em 2011, a cidade recebeu 300 mil turistas com o Rock in Rio, que deve se repetir em 2013.

Construção de estádios, hotéis, novos negócios e uma supervalorização de regiões cobiçadas para novos investimentos estão presentes no cotidiano do carioca dos próximos anos. Moradores pobres que ocupam essas regiões vão sendo removidos para lugares mais distantes e a chegada de novos recursos para a cidade cria uma euforia que não provou ainda ser um benefício para toda a população da cidade.

Conforme Guilherme Marques:

Estão previstas remoções de 130 favelas até as Olimpíadas. Para a construção de três grandes vias rodoviárias (Transcarioca, Transoeste e Transolímpica) serão necessários milhares de despejos e remoções. Os 73 terrenos do Metrô, todos em áreas com infraestrutura, em vez de serem usados para habitação popular, serão vendidos para fazer caixa para o metrô prometido ao COI. A zona portuária carioca, onde cerca de 70% do solo é público, também entrou

nos planos Olímpicos, para reforçar o projeto de aburguesamento da região.

A política de segurança, o que inclui as UPPs, tem como prioridade criar zonas de paz (e de muros) nos entornos dos equipamentos esportivos, nas vias de acesso dos turistas a esses equipamentos e nas áreas valorizadas ou em vias de valorização.

Fonte: Guilherme Marques. Publicado no site do Laboratório Estado, trabalho território e Natureza do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

<http://www.etern.ippur.ufrj.br/publicacoes>. Acesso em 15 out. 2011.

Mesmo sem ser a capital do país, o Rio de Janeiro continua valorizando a imagem de cartão-postal brasileiro, que pode atrair muitos turistas.

Esse processo, contudo, assim como ocorreu 100 anos antes, não prevê a redução das desigualdades. Ao contrário, corre-se o risco de ampliar a segregação espacial, criando mais zonas supervalorizadas e bolsões de pobreza nas periferias distantes e mal equipadas.

Não são poucas as canções e os poemas que destacam a beleza da cidade encravada entre os morros e o mar. Mas permanece em suspenso o futuro do Rio de Janeiro, que será uma cidade ainda mais bela quando conseguir fazer com que ela seja efetivamente generosa para todos que nela escolheram viver.



Destruções da Vila Harmonia, ao lado do Recreio Shopping e dos novos condomínios. O motivo oficial da remoção é a construção da Transoeste, mas a via vai passar do outro lado da Avenida das Américas. (Foto: Renato Cosentino). Fonte: <http://direitoamoradia.org/pt/noticias/blog/megaeventos/rio-de-janeiro/2011/10/13/a-quem-interessam-as-remoes-no-rio/> Acesso em 29 out. 2011.

Roteiro de observação e atividades durante o trabalho de campo

Ponto 1

Corcovado – Braços abertos para a Baía de Guanabara

“A estátua do Cristo Redentor é parte indissolúvel do Rio de Janeiro. Estranho seria se não estivesse lá. Como ficaria o Corcovado sem nada em cima, ele que parece um pedestal erguido pela natureza? Sonhado desde o fim do século 19, concebido no início dos anos 20, erguido ao longo daquela década e, finalmente, inaugurado em 12 de outubro de 1931, o monumento completa nesta semana 80 anos.”

Fonte: Especial Veja Rio. Editora Abril, 12 out. 2011.

A história do Corcovado tem início ainda no século 16, quando colonizadores portugueses batizaram a montanha de Pico da Tentação, em uma referência a um monte bíblico. No século 17, o monte foi rebatizado de Corcovado, devido à sua forma que lembra uma corcova. Em 1824, dois anos após a Independência, o imperador dom Pedro I liderou uma expedição ao topo do morro, abrindo um caminho rumo ao cume. Em 1859, o padre Pedro Maria Boss sugeriu à princesa Isabel a construção de um monumento religioso no alto do Corcovado. Em 1882, dom Pedro II autorizou a construção da Estrada de Ferro do Corcovado, que começou a funcionar em 1884, no trecho Cosme Velho-Paineiras. Um ano depois, foi inaugurado o trecho final da estrada, ligando as Paineiras ao topo do morro. A extensão total da ferrovia é de 3,8 km.

Somente em 1921 foi retomada a ideia do padre Maria Boss de construir um monumento religioso. Desta vez, com o objetivo de comemorar o centenário da Independência do Brasil. A pedra fundamental da construção foi lançada em 4 de abril de 1922. Um ano depois, o engenheiro Heitor da Silva Costa venceu o concurso para a escolha do monumento. A estátua do Cristo Redentor foi finalmente inaugurada em 12 de outubro de 1931. Em 2007, o Cristo Redentor foi declarado uma das Sete Novas Maravilhas do Mundo.

O Cristo Redentor está localizado na Floresta da Tijuca. Quem hoje avista a exuberante floresta, uma das maiores reservas urbanas do mundo, nem imagina que no século 19 ela praticamente não existia. Na época, o maciço da Tijuca havia sido ocupado por várias fazendas de café, o que causou seu desmatamento. Do maciço onde hoje se locali-



DANTE GRECCO

A ESTÁTUA DO CRISTO REDENTOR

Inauguração: 12/10/1931

Escultor: Paul Max Landowski

Altura total: 38 metros (com o pedestal)

Altura da estátua: 30 metros

Peso: 1.145 toneladas

Largura (de mão a mão): 30 metros

Localização: topo do Morro Corcovado, a 710 metros do nível do mar.

za o Cristo Redentor desciam vários rios que abasteciam a cidade. As águas de um deles, por exemplo, eram levadas por um aqueduto (hoje conhecido como Arcos da Lapa) ao Largo da Carioca.

Ainda no final do século 19, em razão do desmatamento da floresta, o Rio de Janeiro passou por seguidas crises de abastecimento de água, o que levou o imperador dom Pedro II a indicar o major Gomes Archer, o primeiro administrador da floresta, a iniciar com seis escravos o replantio da área. O simples impedimento da derrubada da mata e o replantio de várias espécies permitiram que a floresta se regenerasse.

Ponto 2

Jardim Botânico - mostruário da biodiversidade mundial



Gravura de Juan Moriz Rugendas mostra as plantação de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1835.

Um dos mais importantes legados da presença da família real portuguesa é o Jardim Botânico, fundado em 1809. Com 202 anos, ele não nasceu como área de lazer, seu uso atual. Também não foi o primeiro do Brasil, junto com ele, foram criados outros cinco: em Belém, Olinda, Vila Rica, Salvador e São Paulo. Mas por que dom João VI quis criar Jardins Botânicos em um paraíso tropical? O objetivo desses santuários ecológicos era aclimatar plantas exóticas das Índias Orientais.

Foi o que ocorreu com as mudas de chá vindas diretamente de Goa, na Índia. No início do século 19 o chá era um negócio muito rentável na Europa e dom João sonhava em quebrar o monopólio inglês do produto. A lavoura de chá se estendeu da Lagoa Rodrigues de Freitas à Gávea.

No século 16, o espaço do atual Jardim Botânico foi um engenho de cana-de-açúcar de propriedade da coroa portuguesa. No final do século 16 tornou-se residência particular. Em 1808, com a chegada da família real, a área foi desapropriada com o objetivo de abrigar uma fábrica de pólvora

(que funcionou até 1832) e um horto para aclimatar plantas exóticas que poderiam ser utilizadas na atividade agrícola. Em 1811, foi transformado em Real Jardim Botânico.

A história da criação de jardins botânicos teve início na Europa do século 18, no contexto da Revolução Industrial, quando se instalou o chamado pragmatismo científico. Ou seja, acreditava-se que as ciências deveriam existir em função da sua aplicação prática à sociedade. Os jardins botânicos reuniram uma grande variedade de espécies a seres pesquisadas na medicina, na alimentação e no desenvolvimento tecnológico. Em 1783, a Coroa enviou ao Brasil a primeira expedição. Muito mais do que apenas descrever e classificar as espécies botânicas existentes no Brasil, buscava-se a sua aplicação econômica na medicina, na alimentação e na tecnologia.

Para saber mais sobre a história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, leia a reportagem “Quando plantas valiam ouro”, publicada na revista NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL em novembro de 2010.

Ponto 3

Centro histórico do Rio de Janeiro



ANNA KAHN

Prédio do antigo Paço Imperial, atual Praça XV de Novembro, centro histórico da cidade.

PAÇO IMPERIAL: DE ARMAZÉM PORTUÁRIO A PALÁCIO REAL

O edifício tem um importante valor simbólico na história do Brasil. Foi morada da família real em 1808. Em 9 de janeiro de 1822, foi de uma de suas sacadas que dom Pedro I comunicou ao povo que não retornaria a Portugal, no que ficou famoso como o Dia do Fico. E, em 1888, foi em um de seus salões que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país.

A história dessa construção começa em 1699, quando foi fundada a Casa da Moeda para fundir o ouro que vinha de Minas Gerais. Em 1713, ela foi transformada em Armazém Del Rey, cuja função era guardar as armas e munições reais. Em 1738, iniciou-se a construção de um novo edifício aproveitando as edificações já existentes. Com base no projeto do engenheiro português José Fernandes Pinto Alpoim, o objetivo era criar uma casa dos governadores, que foi inaugurada em 1743. Nesse período, ele projetou também as casas de Telles e Menezes no outro lado do Paço.

A casa da Moeda e o Real Armazém continuaram a fun-

cionar no mesmo local até 1808. Em 1763, quando a capital da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, o prédio passou a ser conhecido como Palácio de Vice-reis. Serviria para moradia do governador da província. O Paço abrigou também o chafariz trazido de Lisboa (Chafariz do Mestre Valentim) para abastecimento de água e a construção do cais da cantaria com escadas para o mar, que serviria para o desembarque da família real.

Quando a família real chegou ao Rio, o Paço passou a ser denominado de Paço Real e foi a primeira moradia da corte portuguesa no Brasil. Naquela época, o Paço expandiu seus limites se estabelecendo como lugar valorizado pela elite carioca.

Em 1889, após a Proclamação da República, o Paço foi ocupado pelos Correios e Telégrafos, que ali permaneceram até 1982, quando a fundação Pró-Memória assumiu sua administração e promoveu uma grande restauração. Hoje, é um dos mais importantes espaços culturais da cidade.

ARCO DOS TELES

Erguido no século 18, quando Francisco Teles de Menezes, juiz dos Órfãos, encomendou ao brigadeiro Alpoim a construção do casario que ligava o Largo do Carmo (atual Praça XV) à Rua da Cruz (atual Rua do Ouvidor). O Arco hoje está localizado sob os prédios de números: 32 e 34 e em seu entorno está repleto de bares e restaurantes.

Arco dos Teles. Disponível: <http://www.traveljournals.net/pictures/163931.html>. Consulta em: 12/10/2011.



SÉCULO 20: DE CIDADE COLONIAL À MODERNIDADE À FRANCESA

A Avenida Rio Branco, que até 1922 era chamada de Avenida Central, foi um dos produtos da reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos em 1904 para modernizar a cidade com inspiração nas reformas já ocorridas na capital francesa. Mais de 600 antigas moradias ocupadas pela população pobre foram derrubadas para passar a larga avenida que seria ocupada por carros e ligaria o porto à região da Glória. A avenida terminava na Praça Floriano Peixoto, hoje conhecida como Cinelândia.

No seu entorno, foram construídos muitos edifícios luxuosos também inspirados em modelos europeus: como o Theatro Municipal, o Museu de Belas Artes e a Biblioteca Nacional.



Inaugurado em 1909, o Theatro Municipal é um dos principais símbolos das mudanças que ocorreram no Rio de Janeiro no início do século 20.

FERNANDO LEMOS

FONTES

BARATA, Carlos Eduardo. De engenho a jardim. Memórias históricas do Jardim Botânico. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício de, Almeida (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Laurentino. O rei do rio. National Geographic Brasil, São Paulo: Ed. Abril, n. 94, jan 2008.

GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Planeta, 2007.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Quando plantas valiam ouro. Revista National Geographic, no. 128, nov. 2010.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.